

# Apontamentos sobre o turismo de base comunitária a partir da análise de duas regiões díspares: região do Cariri (Ceará) e região da Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro)

**Diogo DA SILVA CARDOSO<sup>1</sup>**

Resumo: Este artigo tem por objetivo traçar um panorama do turismo de base comunitária no Brasil, centrado na dialética entre as experiências bem sucedidas, principalmente em contextos de ruralidade, e os múltiplos casos em que o frágil contexto sociopolítico e econômico das periferias, aliado à inércia e ao descompromisso dos entes federativos com o tema, criaram barreiras para a turistificação numa chave comunitária, solidária e não massiva. O Brasil apresenta um cenário frutífero rico em experiências turísticas de base comunitária, sendo este o mote sobre o qual seguiremos com a perspectiva de localizar, numa leitura geográfica, os gargalos, os desafios, as potencialidades e as soluções (inter)institucionais comumente adotadas pelos stakeholders para compensar as dificuldades comumente atrelados à economia popular brasileira. A análise terá como pano de fundo as políticas públicas de promoção deste segmento desde os anos 2000, com especial atenção às políticas do governo federal. O próximo passo é a apreciação de duas regiões contrastantes tanto espacialmente como no que concerne à efetivação do turismo de base comunitária nos circuitos econômico, artístico e patrimonial. O caso de sucesso é a Região do Cariri, rica em circuitos, polos e atores que fazem e vivem do/pelo turismo, ao qual contribui para o fortalecimento da identidade cultural regional; já o segundo caso, é da uma região periférica do Estado do Rio de Janeiro que, embora não tenha o devido reconhecimento do seu potencial turístico temático pela sociedade, iniciativas locais que emergiram nos últimos anos apontam para uma mudança, à médio e longo prazo, no perfil da região com vistas à exploração turística dos sítios históricos, dos espaços museológicos comunitários e das áreas de conservação ambiental.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Polo Cariri; Fazenda de Santa Cruz; Zona Oeste carioca; Fundação Casa Grande.

## 1 Introdução

O Turismo de Base Comunitária (TBC) sagrou-se como prática promissora no cenário turístico brasileiro. E não é para menos. Com suas primeiras aparições em meados dos anos 1990<sup>2</sup>, dos anos 2000 para cá o TBC ganhou musculatura e visibilidade no país. Com isso, tornou-se alvo de turistas nacionais e estrangeiros com perfil cultural diferenciado. Em algumas localidades, o turista estrangeiro chega a representar hoje 80% do fluxo de hóspedes e visitantes. Aproveitando essa onda de visibilidade e protagonismo, o TBC se armou política

---

<sup>1</sup> Geógrafo, Doutor em Geografia pela UFRJ. Pós-doutorando em Geografia pelo PPGG/UFRJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8373939501005087>. E-mail: diogo\_georeg@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Atualmente, não é possível estipular datas ou eventos que iniciaram o TBC no país, mas se nos dispusermos a rastrear os primeiros núcleos históricos, centros de peregrinação religiosa ou sítios rurais no interior/sertão que, desde os anos 1980-90, já recebiam fluxos de visitantes/turistas com as mesmas práticas que hoje chancelamos como sendo de turismo de base comunitária, então temos um campo fértil de estudos para compreender os agentes que já adotavam estratégias diferenciadas para dinamizar seus espaços turísticos antes da disseminação da discussão sobre TBC.

e ideologicamente e se apoiou nas políticas de turismo emergentes, sobretudo na esfera federal (ver MTUR, 2010), para atingir três objetivos fundamentais: 1) fortalecer nos âmbitos comunicativo e institucional o(s) espaço(s) indutor(es) do TBC (empreendimento cultural, estação ecológica, manifestação popular, grupo de caminhadas afetivas); 2) articular e construir parcerias com entes públicos, empresariais e empreendimentos turísticos; 3) consolidar a localidade como destino turístico nacional.

Sobre esta última questão, temos hoje um estoque considerável de iniciativas de TBC em todo o país, travando ações individualmente ou em parceria com o Poder público e os stakeholders locais. As regiões/localidades mais visadas e debatidas hoje são: Encostas da Serra Geral (Santa Catarina), Olinda (Pernambuco), Polo Cariri e Litoral Cearense (Ceará), Paraty (Rio de Janeiro), Vale do Ribeira (São Paulo), Circuito dos Diamantes e Brumadinho (MG), Tefé (Amazonas), Maragogi (Alagoas), Região do Cacau (Bahia), Coxim (Mato Grosso do Sul), Morretes (Paraná), Delta do Parnaíba (Piauí), além de outras experiências já reconhecidas pelo meio acadêmico e o Governo Federal<sup>3</sup>.

Aqueles que estão totalmente imersos na atividade – no jargão popular, são os que põem a “mão na massa” – ou o apoiam de diversos meios (doação, mecenato), veem nesse segmento um nicho promissor trabalho e renda, desenvolvimento cultural, institucional e articulação política. Nessa linha mestra, o Turismo de Base Comunitária é visto por seus defensores como uma estratégia de valorização e promoção do território (POLLICE, 2010) para incrementar a competitividade turística e revigora a identidade cultural local (POLLICE, 2011). Como podemos notar, essa questão salta para outros temas além do turismo, tais como autoestima, pertencimento, empoderamento, sensibilização estética, preservação do patrimônio, mobilização comunitária, revitalização do espaço, marketing cultural e territorial, cidadania cultural, direitos coletivos/étnicos etc. São assuntos que constroem uma trama da qual o turismo tira proveito e as explora dentro de ritos bem estabelecidos que, numa ponta, diz respeito à produção do espaço turístico, e, na outra ponta, enseja práticas receptivas que trarão a consumação do produto e serviço turísticos.

As experiências de TBC no Brasil mostram que este se consolidado nos lugares cujo potencial cultural, ecológico e paisagístico já tinha sido identificado por esta ou outras razões, ou seja, ele não nasce do “nada”, da improvisação, do impulso vital dos seus agentes. A prática turística de base comunitária nasce a partir da conscientização dos atores locais sobre as potencialidades locais e da sensibilidade de usar esse mote para desenvolver uma atividade economicamente viável e sustentável. A prática turística de base comunitária age então como: 1) *suplemento* do processo de valorização cultural do espaço-atrativo; 2) *incremento* das atividades dos empreendimentos, coletivos e do lugar turístico como um todo; e 3) *complemento* de renda; 4) *reconhecimento* em vários domínios sociais.

Da parte dos órgãos públicos competentes, a experiência brasileira tem exemplos notáveis de como o Poder público consegue reunir atores com interesses distintos, criar uma agenda política comum, captar recursos e estabelecer, nem sempre de forma estável e sem conflitos, uma política de promoção da localidade como destino turístico. Em outras palavras,

---

<sup>3</sup> Conferir em: <http://www.destinosreferencia.turismo.gov.br/>

o Poder público é condição *sine qua non* para a transformação do espaço turístico num cartão-postal, um produto a ser colocado na prateleira das agências, operadoras, convenções, salões de turismo e outras esferas de divulgação.

Para embasar as notas reflexivas deste texto, faremos um breve comentário sobre dois contextos divergentes, duas regiões distintas, dois espaços geograficamente distantes, porém inscritos fenomenológica e territorialmente como periferias: em um, o Turismo de Base Comunitária jaz bem conhecido e bem-sucedido, já sendo contemplado por algumas políticas públicas estruturantes como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT 1994-2001) e, mais tarde, na primeira fase do Programa de Regionalização do Turismo (PRT 2004-2007). Seu nome oficial: Polo Cariri (CE). Seu principal município e empreendimento turístico: Nova Olinda e Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, respectivamente. Já o outro caso, remete a experiências que, mui embora significativas, não levaram à turistificação da região em tela. Esta região agrupa os municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi e uma parcela da Zona Oeste carioca, e encontra-se circunscrita pela herança fundiária e patrimonial da Fazenda Jesuítica/Real/Imperial/Nacional de Santa Cruz<sup>4</sup>.

## 2 Linhas gerais do Turismo de Base Comunitária no Brasil

Segundo a visão crítica de Eduardo Mielke (2016), o CBT não dá mais para ser concebido como mero segmento de consumo do lugar turístico e sua gente de calor humano abundante. O TBC tem se revelado como *tendência* de prática, organização coletiva e arranjo produtivo produtiva em muitos lugares. O seu aspecto mais vívido, dinâmico e corpóreo corrobora as tendências mais gerais do turismo mundial, cuja mudança tem sido avaliada por alguns autores como uma mudança em direção a um pós-turismo (MOLINA, 2003), a um turismo 3.0 (URRY, 2001), a um turismo de responsabilidade local, entre outros termos.

O CBT vem sendo celebrado por diversos organismos internacionais e, no âmbito Latino-americano, não são poucos os atores turísticos que se filiaram à nova prática: associações como a Redturs<sup>5</sup>, Turisol<sup>6</sup> e Rede Tucum<sup>7</sup> à entidades públicas como o Mincetur (Peru)<sup>8</sup>, MTur/Embratur (Brasil)<sup>9</sup> e Ministerio de Turismo (Equador)<sup>10</sup>, o CBT tornou-se um paradigma a ser explorado em todas as vertentes terminológicas possíveis: turismo cultural, turismo de vilarejo, ecoturismo, turismo étnico, turismo de favela, turismo rural.

Em todo o território brasileiro, o CBT emergiu como uma espécie de “prática salvacionista” (romantismo?) em meio ao turismo de massa predatório ou à desvalorização cultural de áreas periféricas. Nota-se que o turismo de massa é o *alter-ego* do CBT, postura

---

<sup>4</sup> Para consultar a história dessa imponente fazenda que perpassou todos os períodos de formação dos territórios brasileiro e fluminense, ver a trilogia de Benedicto Freitas (1985, 1987a, 1987b).

<sup>5</sup> <http://www.redturs.org/>

<sup>6</sup> <http://www.projetobagagem.org/>

<sup>7</sup> <http://www.tucum.org/>

<sup>8</sup> <http://ww2.mincetur.gob.pe/>

<sup>9</sup> <http://migre.me/tlLVQ>

<sup>10</sup> <http://www.turismo.gob.ec/>

ratificada por entidades como o IVT/LTDS<sup>11</sup>, um dos principais canais de debate e promoção do CBT nacional:

As modalidades de turismo que negam ou desprezam a herança histórico-cultural local são nefastas, pois promovem a dissolução da diversidade cultural. A adaptação total dos destinos turísticos segundo quaisquer padrões acaba sendo a construção de não-lugares: sobra ao viajante o consumo de "produtos turísticos" planejados e fabricados e que são, em verdade, apenas simulacros do real. Por outro lado, essa mesma adaptação total busca, localmente, convencer as pessoas de que apenas uma parte de seu patrimônio "serve" ou "é útil": o resto - coisas ou gentes, pouco importa - deverá ser colocado fora das vistas do turista/consumidor ou deverá ser excluído, simplesmente.

Após os editais e outros programas de fortalecimento institucional e financeiro das instituições de base comunitária em todo o país nas duas gestões Lula (2003-2006, 2007-2011) (MTUR, 2010), atualmente o MTur dispõe de poucos recursos e capilaridade político-institucional para manter os mesmos projetos e contemplar outros. Isso implica dizer que se os projetos já consolidados continuam enfrentando as tradicionais dificuldades do segmento, há uma gama nova de instituições, espaços e localidades inspiradas nas iniciativas bem-sucedidas e que lidam permanentemente com o duplo desafio de *afirmar* e *manter* a atividade. Tornam-se alvos fáceis de problemas tanto de ordem socioambiental como metodológica (MIELKE, 2009). Tendo em vista esse impasse, Eduardo Mielke pontua que qualquer processo turístico de base comunitária deve levar a sério as seguintes questões: complexidade, fator tempo e apoio externo (2009, *apud* HALLACK, BURGOS & CARNEIRO, 2011, p. 14).

### 3 Turismo de Base Comunitária na Região do Cariri (CE): uma realidade

*“O cariri é um estado de espírito, onde o vento canta com saudade do mar”*

*Alemberg Quindins*

O Cariri cearense é um celeiro de manifestações culturais. Sua virtude está na promoção das mais variadas dimensões da cultura popular, indo das romarias e celebrações ligadas ao Padre Cícero (Padim Ciço, para os devotos e admiradores), aos grupos de bacamarte, teatro de rua, artesanato vernacular e reisado de caretas. Estes últimos exemplos tornaram-se, nos últimos anos, alvo de políticas de Estado<sup>12</sup> que buscam compensar o longo período de marginalização pelos quais passaram essas manifestações culturais.

<sup>11</sup> Consultar: <http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?id=99>

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, o trabalho realizado pelo secretário de cultura do município de Potengi, Jefferson Lima, com o grupo local de reisado de caretas. No âmbito governamental, é preciso saudar o programa “Tesouros Vivos

Trazendo toda essa diversidade cultural biorregional para a esfera da hospitalidade, do intercâmbio e do deslocamento, o TBC traduz o anseio de estâncias culturais como a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri (FCG), de transformar a região do Cariri num grande polo de vivências culturais, de protagonismo das crianças e jovens locais, e de oportunidades de trabalho e renda para moradores em situação econômica precária. Alembert Quindins, diretor da Fundação, coloca a questão de uma forma bem lúdica e persuasiva (2010)<sup>13</sup>:

Pensar o Turismo de Base comunitária como turismo só de geração de renda é pouco. O lastro do Turismo comunitário tem sua base na diversidade cultural e nos valores humanos. A moeda... não é recebida, é trocada! Os valores... não geram riquezas, geram nobreza! É o turismo do presente... e é tão do presente que no futuro as palavras turismo e turistas incomodarão tanto quem recebe quanto quem é recebido. É uma visita à verdade que cada um tem pra mostrar e pra contar ao outro. Não é um turismo que busca estrelas... ele mesmo é a própria estrela!”.

A FCG tem sede no município de Nova Olinda (CE), que vem se desenvolvendo no turismo desde que a FCG passou a receber visitantes e admiradores de outras regiões e Estados. Pode-se dizer que Nova Olinda e FCG são simbióticos, sendo que esta última induziu a primeira a se organizar em termos políticos e sociais para granjear investimentos econômicos e outros benefícios em prol do turismo e da melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida local. Foi na primeira década deste século que Nova Olinda recebeu programas de desenvolvimento local de várias fontes (Banco do Nordeste, Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, MTur), vide o estudo feito pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (2007). No âmbito particular da FCG, seus investimentos sociais e de mídia rendeu alguns produtos criativos formidáveis, tais como a coletânea de imagens e textos feita em parceria com o GeoPark Araripe (2012); seminários dedicados ao TBC<sup>14</sup> e uma série de projetos artísticos e educativos que já atingiu o seu objetivo principal: formar público/plateia cativo e criar uma rede de admiradores em todo o mundo.

---

da Cultura”, uma ação da Secretaria de Estado de Cultura do Ceará que visa o reconhecimento o apoio aos artistas e coletivos populares que tem dificuldade de acesso a recursos pelos mecanismos convencionais (Lei Rouanet, editais restritivos). Inclusive, foi criado o “Livro dos Mestres”, para reconhecer no plano simbólico o saber-fazer desses agentes. Para mais detalhes: <<http://www.secult.ce.gov.br/index.php/tesouros-vivos-da-cultura>>. Access: 21 mai. 2016.

<sup>13</sup> Conferir o blog da FCG: <https://turismocomunitariofcg.wordpress.com/>

<sup>14</sup> Exemplo de evento sobre turismo da FCG que teve grande repercussão nacional e internacional: <https://seminariodeturismosbc.wordpress.com/>

Figure 1 – Fundação Casa Grande e um dos meninos divulgando a tradição dos Caretas.



Fonte: <<http://migre.me/tUZpG>>.

A FCG tem os seguintes programas de fortalecimento e visibilidade institucional: Educação Patrimonial, Comunicação Social, Artes Integradas, Esporte de Rua, Turismo de Base Comunitária e Meio Ambiente. São programas que promovem aos seus beneficiários competências a partir de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para a formação e atuação do profissional criativo. Para equalizar a efervescência criativa dos seus membros, a diretoria da FCG dividiu as atividades em quatro eixos estratégicos: Educação Infantil, profissionalização de jovens, empreendedorismo juvenil, geração de renda familiar e comunitária e sustentabilidade institucional.

De uma forma sistêmica, esses quatro eixos movimentam a cadeia produtiva da FCG e reverbera em outros pontos de referência em Nova Olinda, fazendo da FCG uma referência nacional e internacional, gerando fluxo turístico anual de 60.000 visitantes (dados de 2015 da própria da instituição). Para criar sinergia entre esses eixos, a equipe gestora implementou um modelo de gestão cultural participativa pautada na hibridez de elementos da Economia Solidária e da Economia Criativa.

O Ministério do Turismo reconheceu Nova Olinda entre os 65 municípios indutores do turismo no Brasil, direcionando responsabilidades e recursos para o crescimento do setor. Com a criação das pousadas para o atendimento à demanda turística, houve um aumento da experiência educacional na FCG, surgindo a necessidade de melhor atender o turista. Com isso, foi criada a Agência Turismo Comunitário<sup>15</sup>, idealizada e gerida por um jovem da primeira turma da “meninada da FCG”, Francisco Junior. Ele se qualificou para operar o turismo em toda a extensão do Cariri e da Chapada do Araripe, e transformar a FCG numa estância onde ali se pode comer, comprar souvenirs, ver a produção artística das crianças e jovens, ver a exposição dedicada à história da casa, da região, dos artefatos arqueológicos e das culturas locais, assistir a uma apresentação de teatro ou música, conversar com os membros etc. São

<sup>15</sup> Ver: <https://turismocomunitariofcg.wordpress.com/>

muitas atividades num só local, não à toa, a FCG reivindica para si o status de principal atração turística no Cariri.

Por muitos anos, este espaço agiu praticamente sozinho na localidade, ao passo que, nos últimos anos, outros espaços e agentes surgiram para agregar valor à imagem da região do Cariri e, por tabela, da FCG, já que o seu protagonismo sempre vem à tona no discurso e nas iniciativas de promoção do turismo nas localidades circunvizinhas. No plano das iniciativas museológicas, espaços tão díspares como o Museu de Paleontologia (Santana do Cariri), o Museu do Couro (Nova Olinda) e o Museu da Invenção do Sertão (Potengi) compartilham com a FCG suas promoções individuais.

Figure 2 – Museu do Couro, novo empreendimento turístico e cultural vizinho à FCG.



Fonte: <<http://migre.me/tV5D0>>. Access: 24 mai. 2016.

Em conversa com Francisco Junior (2014), ele relata a dificuldade que é “dar conta” da demanda crescente, a despeito das vicissitudes da economia brasileira. Junior esclarece que “o turismo é o que garante o meu sustento e da minha família. É muita gente que vive e sobrevive através da Casa Grande”. A operacionalização do turismo envolve vários atores, e sobre esse assunto, Junior frisa a facilidade de se construir um bom relacionamento com eles devido ao caráter popular das suas visões de mundo e práticas culturais, garantindo assim a execução de bons roteiros, com várias temáticas e ambiências.

#### **4 Turismo de Base Comunitária no Rio de Janeiro (RJ): um enigma**

O turismo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro está concentrado no eixo Centro-Zona Sul. Até o Turismo de Base Comunitária, nicho que tem por essência o desenvolvimento de áreas culturalmente centrais, porém economicamente marginalizadas, também está restrito à região supracitada. A sua missão, nesse cenário turístico já consolidado, é a cooptação de áreas circunscritas aos atrativos dominantes e que, por diversas razões, instigam o olhar do turista estrangeiro e dos segmentos intelectuais. Se no bairro da Urca temos o Pão de Açúcar, no complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo temos o Museu de Favela; e se no bairro

de São Conrado temos uma vasta área praiana e estabelecimentos comerciais e de lazer de alto padrão, na parte detrás à área nobre, temos a imensa Favela-Bairro Rocinha, a primeira a aderir à onda do “turismo em comunidades”. A próxima imagem ilustra a forte capacidade dos agentes de turismo comunitário local de se articular com o Poder público e outros stakeholders do setor para sensibilizar, negociar e desenhar projetos e ações de turismo comunitário:

Figure 3 – Primeiro seminário realizado pela principal operadora local com o apoio dos stakeholders.



Fonte: <<http://migre.me/tUZwv>>.

A Zona Oeste é uma vasta área da cidade do Rio de Janeiro onde houve tentativas – e ainda há coletivos e profissionais que insistem no tema – de viabilizar o CBT como nicho prioritário, porém, o assunto sofreu embargo por diversas vezes pelas razões comumente vistas na arena política brasileira: descontinuidade das políticas de governo, egocentrismo/individualismo do trade e falta de investimentos públicos. De certo que nem a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos 2016 garantirá à periferia da Zona Oeste um lugar nas políticas de turismo. Não há elementos suficientes para trazer visibilidade e recursos, seu TBC é incipiente, quase imperceptível mesmo aos olhos dos agentes culturais locais. A tentativa de construir um movimento de turismo comunitário local com o agenciamento-mor das estâncias culturais e museológicas locais foi o objetivo do É Comunitário (2013-2014), projeto concebido, agenciado e estudado em outra ocasião (CARDOSO, 2015) sob a perspectiva da ação-pesquisa e da etnografia multilocal. Tratou-se de um projeto temporário que, a despeito da sua fragilidade coletiva e política, rendeu alguns ótimos frutos para as instituições que dela se beneficiaram.



Figure 4. Visita das gestoras da rede hoteleira da Barra da Tijuca ao espaço das Mulheres de Pedra, em Pedra de Guaratiba (2015), para reconhecimento dos atrativos nos bairros adjacentes à Barra da Tijuca.



Fonte: <<http://migre.me/tV0wP>>. Access: 22 mai. 2016.

A questão que mais incomoda os atores locais é a amnésia coletiva, a perda dos referenciais identitários, a degradação das paisagens culturais locais e as imagens negativas veiculadas pela mídia e sociedade. Hoje, as paisagens de violência e medo se sobrepõem às paisagens que compõem ótimos cenários turísticos na Zona Oeste, como o píer da Pedra de Guaratiba, o Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, as áreas naturais da Padra Branca e do Mendanha, o polo gastronômico do Rio da Prata e o núcleo histórico de Bangu. Tais questões são apontadas frequentemente pelos agentes culturais locais, como Bianca Wild, do Ecomuseu de Sepetiba, Luiz Vaz, da Casa da Rua do Amor, e Clécio Regis, artista plástico radicado em Bangu. Eles afirmam que a Zona Oeste sofre um duro preconceito espacial e as consequências do desenvolvimento desigual. Este fato levou ao enfraquecimento dos grupos étnicos, folclóricos e artísticos locais, assunto que só nos dias atuais passou a compor os debates na academia e nos órgãos competentes.

Com o gradual *revival* cultural da região, esses agentes buscam estratégias para recompor os grupos ou mesmo reinventar as tradições. É o que tem feito a Casa de Cultura Sefaradita, em Campo Grande, cujo líder Reinaldo Estellita (codinome artístico: Ariel Cohen) cunhou um projeto chamado RADAR (Rede de Articulação e Dinamização das Artes)<sup>16</sup>, para o resgate e registro de algumas manifestações culturais tradicionais (bate-bolas, folia de reis, teatro de rua) localizadas na região de Campo Grande (bairros Campo Grande, Cosmos e Inhoáiba) e que são desvalorizadas pelos atuais moradores.

<sup>16</sup> Ver: <http://focoescola.wix.com/radar>

## 5 Considerações finais

Para manter a aura de centro de excelência em TBC, a FCG, junto com os parceiros locais (Agência Turismo Comunitário, Expedito Seleiro e sua oficina e Museu do Couro, sítio agroflorestal do Zé Artur, ateliê de José Filipe Ferreira), busca a liderança deste rico território turístico no sertão cearense através da diversificação das atividades: visita aos sítios naturais, arqueológicos e paleontológicos, exposições museológicas temporárias, apresentações artísticas, intercâmbio com grupos de distintos segmentos (pesquisadores, artistas, produtores culturais, gestores, esportistas), vivência com a meninada da casa, incremento produção artesanal, e outros. No Polo Cariri, o diálogo com o Poder público é mais desenvolvido, com um grau maior de mobilização das entidades da sociedade civil e um equilíbrio maior nas relações de força. Além, é claro, do interesse dos governos com o crescimento do setor turístico para gerar divisas e garantir outros mecanismos de preservação dos bens naturais e culturais.

A percepção social da região como um geossistema patrimonial é bem desenvolvida na população, inclusive entre os segmentos pobres não incluídos na cadeia turística. As representações e o imaginário que cercam a região provêm de outras fontes e tem uma consistência estético-cultural para além da demanda turística e do olhar atualmente mais atento do Poder público com relação aos patrimônios material e imaterial. A chancela de Casa do Patrimônio à FCG pelo Iphan<sup>17</sup> é só um título oficial, pois a FCG já tem o reconhecimento da comunidade local desde o início das suas atividades nos anos 90.

Já na área do Rio de Janeiro em pauta, o desafio maior da região histórica da Fazenda de Santa Cruz e recompor a sua identidade histórica e alinhar um projeto turístico de base comunitária que reúna todo o trade em torno de uma agenda comum que não negue as geografias pretéritas e a existência e protagonismo dos espaços e agentes culturais e ambientais populares. Em outras palavras, romper com o elitismo e corporativismo que marcam a dinâmica e funcionamento do trade fluminense para instaurar novas redes e relações alicerçadas em outras modalidades de gestão, articulação e fomento. Todavia, olhando a realidade dos fatos, vê-se que os municípios em tela não possuem memória cultural, atrativos, infraestrutura e organização política suficientes para originar um desenvolvimento endógeno, sustentável e integrado.

Alguns gestores já estão atentos a essa nova condição e começam a se mobilizar para reverter o imaginário que não contribui para o processo de turistificação local, e adotar mecanismos de fomento em diversas frentes: patrimônio cultural, meio ambiente, cooperativismo, manutenção de áreas de ruralidade<sup>18</sup>. No município de Itaguaí, por exemplo, esforços vêm sendo feitos pelas secretarias de Cultura (restauração da Igreja de São Francisco Xavier e criação do Sistema Municipal de Cultura) e Desenvolvimento Econômico Sustentável

---

<sup>17</sup> Para mais detalhes, conferir o blog do Iphan: <https://educacaopatrimonial.wordpress.com/casas-do-patrimonio/>

<sup>18</sup> Este fenômeno vem sendo pesquisado por Diogo Cardoso (2016) no âmbito do PPGG/UFRJ, através de um estágio pós-doutoral (CAPES/PNPD).

(fomento da Economia Solidária e ações de divulgação da Rota da Independência e do balneário de Coroa Grande) no sentido de se construir um ambiente favorável para investimentos presentes e futuros. Em Seropédica, município com uma administração pública mais dispersa e com uma equipe menor dedicada a este tema, mesmo diante desse cenário desfavorável, conseguiu um grande feito a partir da medida de compensação de um empreendimento empresarial: garantiu a restauração do prédio histórico da centenária Fazenda Marun e a cessão de uso para instalação do primeiro e único equipamento cultural municipal: o Centro Cultural de Seropédica (CCS)<sup>19</sup>. Um elemento de contraste em relação a um território ainda vista como mera zona de transição urbano-industrial da cidade carioca.

A região histórica da Fazenda de Santa Cruz Caso é uma potência turística, porém sua situação ainda não tornou-se publicamente posta para os agentes que podem se interessar na questão. Para os poderes públicos, a questão também não foi abordada de forma adequada, havendo mesmo negligência de alguns órgãos para os quais deveria competir esse assunto. O TBC seria uma saída por contar com as iniciativas privadas, populares, apartidárias, dispostas a explorar o turismo *pele* que o turismo pode oferecer em termos econômicos, culturais, sociais e ambientais. De qualquer forma, caso o quadro atual não se reverta, dificilmente essa região sairá da zona de ostracismo e conseguirá o seu lugar ao sol na segmentada política de turismo fluminense.

## Referências Bibliográficas

FUNDAÇÃO CASA GRANDE. *20 anos de Casa Grande*. Crato: Iphan/MinC/MTur, 2012.

CARDOSO, Diogo da Silva. Arquipélago Sociomuseológico Regional: notas sobre a emergência de um circuito de cultura e memória na periferia carioca (RJ). *Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro. PPGG/UFRJ, 2015. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/825833.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUZA. Nova Olinda. *Coleção de Desenvolvimento Local*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil / Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, 2007.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. *Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária: uma abordagem prática e sustentável*. Campinas: Átomo & Alínea, 2009.

MOLINA, S. *O pós-turismo*. São Paulo: Aleph, 2003.

MTUR. *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de Brasília*: MTur, 2010.

---

<sup>19</sup> Ver: <http://migre.me/tZljo>

HALLACK, Nathália; BURGOS, Andrés; CARNEIRO, Daniela Maria Rocco. *AmbientalMENTEsustentable*. ano VI. v.1. n.11-12. 2011. p. 7-25. Available in: <<http://revistas.udc.es/index.php/RAS/article/view/808>>. Access: 20 abr. 2016.

IRVING, Marta de Azevedo. (2009): Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível?”, BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119. Available in: <<http://migre.me/tUPLh>>. Access: 10 mar. 2016.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e Meio Ambiente na Mitificação dos Lugares. *Turismo em análise*. n.11. v.1. p. 35-43. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/63507/66250>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. *Espaço & Cultura*. n.27. Jan/Jun. p. 7-23. 2010. Disponível em:

<<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1329/1026>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Avaliação da competitividade turística do território. *Finisterra*. n. 91. P. 121-138. 2011. Disponível em:

<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/espacoecultura/article/viewFile/3539/2461>>. Acesso em: 2 nov. 2015.